

Projeto e Coalizão

Crise do Governo e Crise da Oposição¹

*Deivison Souza da Cruz*²

Resumo: Este ensaio analisa a centralidade do projeto de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na composição de bases de apoio junto à sociedade. Destaca a importância da política econômica na composição de bases de apoio junto ao empresariado, afastando-o dos partidos de oposição, e das políticas sociais na consolidação de bases de apoio junto às camadas populares. Por outro lado, destaca também a racionalidade do governo ao evitar atribuir capacidade governativa a partidos distantes de seu projeto, preservando-o de descaracterização. Por fim, questiona os diagnósticos que atribuem à incapacidade do governo de formar uma base parlamentar a origem da crise vivida no primeiro mandato do Presidente Lula.

Introdução

Quem precisa enfrentar vários adversários conseguirá vencê-los, a despeito de sua inferioridade, desde que resista ao primeiro embate (...) e que (...) ganhando tempo, possa aguardar uma oportunidade mais favorável. Assim (...) quando vários homens poderosos se unem contra um adversário igualmente poderoso, este último vencerá, embora tenha menos força do que o conjunto dos seus inimigos. Um homem sozinho tem recursos infinitos, que vários homens reunidos usam com menor facilidade; por outro lado, para ele é sempre possível, mediante certa astúcia, semear a desinteligência entre os adversários coligados, enfraquecendo assim uma união que parecia tão forte.

(Machiavelli: Discorsi)³

¹ Texto escrito de 25 a 30 de março de 2008, a partir dos resumos de diversas anotações feitas em 2007 e início de 2008, prévias às entrevistas proferidas na TV UFMG – Programa Voto Cidadão. Agradeço aos amigos Ramiro Queiróz – pelos diversos convites a responder a quase de imediato às perguntas complexas no calor da conjuntura – e a Cláudio Lobenwein Resende, ambos bolsistas do Centro de Estudos Legislativos (CEL-UFMG), por aturarem os bate-papos de corredor, que permitiram que se expressasse subníveis de argumentos, estes impossíveis de serem verbalizados nos escassos minutos de entrevistas. Agradeço também ao amigo e orientador na graduação, Prof. Mauro Petersem Domingues (Depto. de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES), pelos importantes comentários e conselhos nesta nova etapa de minha formação acadêmica. Diversas contribuições se somaram posteriormente a partir da socialização de versões prévias do texto. Agradeço a todos.

² Deivison Souza da Cruz é Cientista Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Críticas e sugestões para o e-mail politica@c-pol.mest.ufmg.br.

São dignas de atenção, em especial de elogios e também de crítica, as avaliações do governo Lula realizadas por apoiadores e opositores advindos dos dois lados do espectro ideológico e de analistas políticos profissionais e do meio acadêmico. Nos últimos anos foram inúmeras as análises disponibilizadas nos mais diversos meios de comunicação sobre o governo Lula.⁴

Raros foram os textos que discutiram a formação e a dinâmica interna de funcionamento da base do governo ou do projeto de governo. Percebe-se a ausência de elementos que relacionem o projeto de governo à coalizão de governo. Contrariamente a sua importância, ora estes aspectos aparecem como se fossem dados, ora como se não existissem, ora separados e indiferentes à tessitura que os unifica. Propiciar uma resposta a esta lacuna é a meta deste artigo.

Primeiramente, cabe esclarecer que projeto de governo e coalizão de governo encontram-se intrinsecamente articulados. Mas não se pode derivar daí que um seja *condição necessária* para o outro: é possível existir coalizão sem projeto, ou que a coalizão leve um projeto ao fracasso ou, ainda, que exista um projeto sem coalizão que o sustente. De fato, nos primeiros anos de mandato do Presidente Lula foi lugar comum a afirmação de que o governo não tinha projeto, ou que este era cópia dos mandatos anteriores. Fora os altos patamares de apoio popular ao presidente, este parecia não contar naquele momento com uma coalizão firme e em proporção equivalente a popularidade. Visto dessa maneira, pairava sobre ele sérias dúvidas quanto às suas possibilidades de sucesso.

Diante desses diagnósticos, como responder que tal governo hoje conte com um

³ Niccóló Machiavelli. *Discorsi: Ensaio sobre a primeira década de Tito Lívio*. Livro III, Cap. XI. Editora Universidade de Brasília, 1979. pp. 341-42.

⁴ Uma vez que não tomo nenhum como contraponto ou determinada linha de pensamento que possa estar associada a diversos autores, não se objetiva citar nomes diretos as posições que aqui são contrapostas.

projeto e também com uma forte coalizão de apoio? Como seria possível esse sucesso se essas metas não tivessem sido postas desde o início de 2003? Foram as ações promovidas no primeiro mandato determinantes para tal desenlace? Se a resposta é não, devemos concluir que tais mudanças tenham ocorrido "*naturalmente*" ou por algum estranho "*passé de mágica*"? Essa nos parece uma resposta insuficiente, estranha e falsa.

A Crise e a Racionalidade dos Atores no Início do Governo Lula

Tais questões sugerem que há algo de aparentemente misterioso e contraditório – e que deveria merecer melhor atenção – presente em grande parcela das avaliações sobre o governo Lula. O "*mistério*" parece nascer de uma fonte comum. Sua origem consiste em atribuir o estranho pressuposto de irracionalidade às novas elites políticas que ascenderam ao governo, bem como as que foram deslocadas deste espaço ou que gravitam no governismo, independente do governo. Certamente que de tal "irracionalidade" só poderia nascer de um cenário caótico da política nacional nos últimos anos, tal como tem sido diuturnamente apontado nos meios noticiosos.

Ainda que escondido sob um manto de sofisticação de algumas análises, tal pressuposto da irracionalidade dos atores e conseqüente caos do cenário político têm aparecido de forma recorrente, passando o pitoresco da política como visão hegemônica em lugar de uma visão compreensiva. Este tem sido um grave erro, e indutor de erros em conclusões posteriores. E se não é possível eliminar o risco de análises equivocadas partindo de pressupostos verdadeiros, reconhece-se que os erros são maiores quando se tomam como verdadeiros pressupostos falsos. Mais que falsas conclusões, pressupostos falsos levam a concluir qualquer coisa.

Este texto, buscando uma interpretação mais próxima da realidade, parte do

pressuposto do atributo de racionalidade dos atores políticos e, a partir daí, busca compreender o cenário agregado no qual esses atuaram e que ajudaram a construir nos últimos anos.

Busca-se explicar tais movimentos no interior de uma articulação coerente na qual cada ator busca maximizar poder político através de ganhos na arena parlamentar e, por consequência, na própria sociedade enquanto campo de disputa. Busca-se neste esforço uma compreensão da relação entre projeto de governo e coalizão de governo. Se bem sucedida essa explanação, espera-se explicar a dinâmica do confronto entre os atores e as suas respectivas crises, sejam elas do governo ou da oposição.

Isto posto, cabe situar, em termos sintéticos, os atores políticos e suas respectivas posições enquanto oposição (PSDB e PFL) e governo e dentro deste último bloco, entre o PT – e sua disputa interna – e seus aliados imediatos à esquerda e à direita, bem como a disputa interna ao PMDB. Transversalmente às forças políticas encontramos as forças econômicas, cuja dinâmica se apresenta de forma menos pronunciada, mas que constituem parte considerável do pano de fundo da disputa.

De início diríamos que, apesar dos sucessos, o governo tem sido reiteradamente taxado pelo seu aspecto de *"crise"*. Avalio aqui que a *"crise"* do governo no que tange sua coalizão, está relacionada aos resultados eleitorais de 2002 para o legislativo. A rigor, a *"crise"* do governo Lula se inicia em 1º de janeiro de 2003. Ela não é uma crise isolada, mas se relaciona com a crise dos partidos medianos e daqueles que se viram deslocados do poder: o PSDB e PFL.

Segue daí que os momentos iniciais de alguma euforia popular apresentam a contraface no temor das elites desalojadas do poder, temerosas da nova dinâmica das ações instaladas em Brasília. À medida que o fracasso esperado do governo

não ocorre, a criação dos mecanismos de fracasso passa a ser mais que uma necessidade, uma meta a ser construída pela oposição. Tal necessidade, transformada em meta, explica a estratégia adotada pelo PSDB e pelo PFL em sua relação com o governo.

Dois aspectos chamam a atenção já na montagem do ministério no início do primeiro mandato de Lula: o primeiro é sua relação direta com as elites econômicas nacionais que, digamos, se descolam do PSDB em prol de algum projeto de construção nacional sob a égide desenvolvimentista de Lula, perceptível pela composição ministerial nas áreas econômicas (vide finanças, indústria e agro-negócio); o segundo é ocupado por setores ligados ao trabalho dos ministérios voltados à temática social.

A dinâmica da disputa entre capital e trabalho – aqui observados a partir da política econômica e social do governo – passa a ser, assim, endógena ao Estado. Ainda que tal aspecto seja um traço comum dos mais diversos governos, o que chama atenção é a profundidade que tal se dá no governo Lula, comparado a governos anteriores do recente período democrático brasileiro. Isto transforma o Estado em arena de disputa e cooperação destes atores. O Estado se torna menos insulado.

O pacto social consistiu nisto. Tal deslocamento não foi nem natural, nem automático. Trata-se de uma construção política e de uma meta de campanha, objetivo central do novo governo.

Ao descolar-se dos partidos que tradicionalmente lhe fazem a representação, os setores ligados ao capital colocam questões interessantes para análise do funcionamento do sistema político brasileiro, pois, ou tais atores podem se valer em qualquer governo sem os partidos, ou a diferença programática do governo Lula – tendente ao desenvolvimentismo – satisfaria melhor seus interesses de

acumulação de capital.

Seja qual for a explicação adotada, o distanciamento entre tais forças e o PSDB e PFL cria um problema de representatividade para esses últimos, que não podem mais se arrogarem representantes naturais dos setores ligados ao capital. E uma vez que a movimentação daquelas forças também não implicou em sua “filiação” ao PT ou numa proximidade estrutural do PT em relação a estes, é no programa de governo e seus ganhos parciais esperados em decorrência de sua implementação que se encontra a condição da adesão desses setores ao governo Lula.

O segundo aspecto é a relação do governo com as forças políticas no parlamento nacional. O “pacto” não se resolve apenas com um projeto, mas exige também, e principalmente, o entendimento entre atores institucionais (o Legislativo e o Executivo) e se coloca, dessa forma, como um problema de coordenação a ser solucionado. Não basta ao Executivo ter boas intenções e capacidade de convencimento. O Executivo precisa ter maioria no Legislativo, e essa maioria pode ser construída mecanicamente por qualquer meio, mas depende, igualmente, da convergência e satisfação de múltiplos interesses.

O governo, a fim de equilibrar todos estes interesses, teria que converter o jogo econômico e político interpretado pelos atores como de “soma zero” (na relação capital trabalho, distinto do que fora nas décadas de 80 e 90, e no jogo político, enquanto mudança na polarização entre as forças) para “soma positiva” (vide crescimento econômico na relação capital-trabalho e ganhos políticos para os participantes da coalizão).

Ocorre que tais mudanças representam não apenas uma guinada forte no *modus operandi* de fazer política do PT, mas também no dos setores econômicos e nos partidos medianos. O risco maior consistiu no grau de inércia dessas forças no

comportamento anterior ou sua opção neste - ou o que é o mesmo, na sua inépcia em "cooperar" - implicaria em um desafio a ser resolvido pelo governo.

Diríamos que o governo era um ator e articulador, mas também um campo em disputa. E se acordos envolvem a agregação e o equilíbrio de diversos interesses – seja na *coalizão* ou no *pacto* – a solução envolve estratégias mistas, desde trocas institucionais (postos ministeriais e acesso a recursos destas pastas) até políticas discricionárias que atendam os atores individualmente.

Neste ponto vale destacar que além da pressão por cargos no executivo, um dos mais evidentes mecanismos de pressão dos parlamentares – seja individualmente, seja enquanto partido – foi o aumento ascendente dos limites das emendas individuais. Passou-se, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), de um limite de proposição de R\$ 2 milhões em 12 emendas a, em 2006 no fim do primeiro mandato de Lula, para R\$ 6 milhões em 20 emendas. Em 2007 o valor proposto elevou-se a oito milhões em 25 emendas. Em termos globais, ao contrário, o aumento de mais de 80% nos limites de emendamento individual não representaram aumento efetivo da realização orçamentária nesta modalidade. Comparando o segundo mandato de FHC com o primeiro mandato de Lula, ouve uma redução de 16% nos valores efetivados. Aumentaram-se as promessas e as expectativas em torno de obras paroquiais sem que estas se efetivassem na mesma medida.

Some-se a isto que – no início de 2007 – a demanda de Arlindo Chináglija junto ao ministro Paulo Bernardo buscando maior efetividade e obrigatoriedade na execução de emendas parlamentares no orçamento teve como resposta a proposta deste último de “acabar com a comissão do orçamento”. Tal fato merece uma interpretação mais profunda, mas serve de antemão como forte indício de que o conflito intra-coalizão na arena orçamentária – como um indicador aproximado do conflito na própria coalizão em termos mais amplos - teria sido

significativo. Efetivamente neste ponto, governo e base governista parecem não ter – ambos, e é bom que aqui se repita – cumprido suas partes nos acordos mais amplos em que se viram envolvidos.

Defendo aqui a hipótese que, pelo fato do governo não contar com uma maioria segura no legislativo, preferiu não incorrer no risco de comprometer seu projeto político incorporando aliados não seguros no executivo e tampouco fortalecê-los no legislativo. Tal cenário explicaria o porquê da baixa coalescência⁵ dos primeiros anos de mandato.

O incentivo à atração de deputados para partidos da base do governo levou ao crescimento dos partidos da base governista, mas não do PT, diferentemente do que ocorrera com o PSDB nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

E assim, os partidos fisiológicos da base de governo tiveram que interagir com um governo que não confiava neles no que se refere à questão programática e à centralização política necessária para a execução de seu projeto estratégico. Na interpretação do núcleo do governo, tal comportamento “*indisciplinado*” – tanto em termos programáticos quanto de posicionamento no legislativo – viria a comprometer a execução das políticas. E o comprometimento das políticas seria algo não negociável com o legislativo. Ter maioria sem comprometer a política teria sido, deste modo, o “*fio da navalha*” sobre o qual o governo resolveu se mover.

A estratégia do governo consistiu em administrar maiorias tênues com baixa coalescência em vez de ceder espaço irrestrito a atores pouco confiáveis. Neste ponto, fica claro por que da preferência da primeira opção à segunda: se ambas as estratégias implicavam em perdas, um ator racional operaria com aquela na

⁵ O sentido do termo coalescência refere-se à congruência entre a proporcionalidade das forças políticas no legislativo e nas pastas ministeriais.

qual o prejuízo fosse menor. O fato da divisão na base do governo ter sido reduzida no segundo mandato em relação ao primeiro sugere que três aspectos tenham sido mais bem equilibrados: a convergência programática; os custos e ganhos de participação na coalizão; e a disciplina no legislativo.

Apesar de alguns analistas julgarem em contrário, elegeu-se um presidente, sendo que o eleito agiu como tal, e não como um primeiro-ministro subordinado aos partidos da coalizão. Caso se comportasse como primeiro-ministro, o aspecto programático deveria advir da coalizão de governo. Em que medida, considerando os partidos realmente existentes no Brasil, poderíamos ter um verdadeiro programa de governo formado a partir dos partidos ou este não passaria de apenas um agregado disforme? Aventou-se que mesmo o programa eleitoral do governo Lula era contraditório com a tradição programática do PT. Entretanto, as eleições presidenciais 2002/2006 não são exceção sob esse aspecto. Nas demais também os projetos de governo parecem ter derivado menos dos partidos e mais de certas elites políticas e econômicas estrategicamente situadas tanto no plano nacional quanto nos estados, para não dizer nos principais centros urbanos. Tal comportamento não é um problema de um ou de outro partido em especial, tampouco parece um enfraquecimento dos partidos ou da democracia, mas parece derivar de uma opção de delegação de tarefas a tais atores.

Isto posto, a contradição da coalizão governista - sua "crise", expressa como suposta falta de racionalidade - não apresenta contradição alguma. A relação custo/benefício daquela "composição realmente feita no âmbito do legislativo" no primeiro mandato era a que, ainda que não propiciasse os maiores ganhos, na verdade foi a que impedisse as maiores perdas. E a minoração de perdas era, portanto o máximo possível enquanto estratégia racional naquele contexto. Embora aquela coalizão legislativa pernóstica não fosse a ideal, era a mais consistente com o quadro real enfrentado pelo ator presidencial, menos contraditória com as metas da política do governo, eficiente em termos de insular

o executivo, dando condições de liderança no processo econômico e político. Embora idealmente outras configurações fossem possíveis, aquela era a única factível caso o governo não quisesse ficar isolado no legislativo.

O Jogo das Disputas Interpartidárias e a Crise do Primeiro Mandato de Lula

Além do PSDB, PFL, PMDB e PT, o legislativo nacional conta uma miríade de forças que somam mais de 40% das cadeiras nas casas. É esta minoria, principalmente formada por partidos medianos – PP, PPS, PDT, PSB, PRB, PTB, PV e PCdoB – que cria efetivamente uma maioria, que seria decisiva para formar a coalizão.

Dado a diminuição das bancadas do PSDB e PFL, os partidos medianos tenderam a buscar maximizar, no médio prazo, suas metas de crescimento partidário descontando as conseqüências e custos futuros. Tratava-se, na interpretação destes, de deslocar o *"centro da governabilidade"* do PT para estas forças e *"inflacionar"* os custos individuais de cada um na participação na coalizão governista. O problema de coordenação relaciona-se ao fato de que tais forças medianas, além da questionável adesão programática e insubordinação ao centro da política, buscaram maximizar o espaço e autonomia no interior do governo acima dos seus respectivos pesos legislativos.

Com a perspectiva de crescimento aumentada inversamente ao tamanho das forças políticas, o uso do governo ao mesmo tempo em que a derrota interna do PT era uma necessidade para que os demais partidos alcançassem o sucesso desejado.

Se situarmos os partidos na dimensão ideológica esquerda-direita e, da mesma forma, a congruência entre tal configuração e as preferências do eleitorado, um partido só pode crescer na medida em que: a) ou o eleitorado mediano se desloca

na sua direção; b) e/ou o partido vai ao encontro deste eleitorado. Neste processo, obviamente, um partido "esbarra" no outro – à esquerda ou à direita. O movimento conjunto do eleitorado e do PT e as perspectivas de crescimento do último transformaram aquele partido no adversário preferencial de seus aliados na coalizão. Adversário a ser dominado, mas não declaradamente, a ser derrotado. É por isto que cabe compreender a dinâmica entre os partidos, e não um ou outro em particular em uma dada conjuntura.

A perspectiva da coalizão governista foi operar a diminuição do peso do partido do presidente como uma estratégia para maximizar o crescimento de cada partido em separado, mas também em bloco. Se a guinada do PT para o centro (na campanha e no governo) relacionou-se ao deslocamento também de parte considerável do eleitor mediano para a esquerda, a turbulência no espectro partidário resultante destes dois movimentos simultâneos representou uma ameaça em médio prazo para aquelas forças que estavam no entorno do PT, pois seriam estas que poderiam vir a ser engolidas pelo crescimento do partido.

Os partidos medianos tanto à esquerda quanto à direita do PT encontravam-se assim em uma dinâmica que transitou do "jogo do impasse" ao "dilema do prisioneiro"⁶, pois a cooperação solicitava implicava em aumentar o peso do PT e, conseqüentemente, na derrota dos partidos situados no seu entorno. Mas a derrota do PT, por sua vez, abria dois cenários possíveis, sendo um a derrota em bloco do governo como um todo, e a outra era a transferência do centro da coalizão para um destes partidos medianos, implicando em ganhos maiores a pelo menos um destes na sua sobrevivência futura.

⁶ O "jogo do impasse" e o "dilema do prisioneiro" são referências diretas à Teoria dos Jogos. Em caso de dois atores a dinâmica de interação no primeiro caso é a imobilidade, e no segundo, embora a cooperação fosse a melhor alternativa entre estes, ambos apresentam maiores incentivos para não o fazerem por que contam que apenas o outro o faça. Enquanto no "jogo do impasse" a inação é o posicionamento dos dois atores, no "dilema do prisioneiro", os desfechos previsíveis, e do qual os atores não conseguem se desvencilhar é a não cooperação.

Em outros termos, a solução possível era de que a derrota do PT consistia no seu **enfraquecimento** *vis a vis* seus aliados, os partidos medianos. Por sua vez, para o PSDB e PFL/DEM ao contrário, a derrota do PT consistia na sua derrota no **sentido estrito do termo** como meio necessário ao retorno posterior ao poder destes dois partidos. Eis aqui, portanto, que o espaço de efetivação de ambas as estratégias apontadas, apesar de aparentemente convergentes à primeira vista, na verdade mostraram-se incompatíveis. E fora tal incompatibilidade que veio mostrar uma estratégia cambiante entre o jogo do impasse e o dilema do prisioneiro na relação entre PT e partidos medianos.

A derrota de Luiz Eduardo Greenhalg, em função da fissura regional do PT, abriu a senda para a vitória de Severino Cavalcante na Câmara e, em seguida, para as estratégias de se dobrar o PT a todo custo, chegando ao ponto de Severino cobrar dois ministérios do governo na marra. Posteriormente, com saída de Severino e a posterior ascensão de Aldo Rebelo (PCdoB), tal mudança deslocou – mas dentro da mesma dinâmica já descrita – a chefia da Câmara do pólo direito dos partidos medianos para o esquerdo e, portanto, mais administrável em termos políticos, pois o último estava mais próximo do centro da coalizão governista.

Se tal dinâmica apresenta-se como se não tivesse qualquer controle, é o fato de ter sido, em certa medida, controlável, que expusera em público o núcleo dos políticos do governo com a "*Crise do Mensalão*" em 2006. José Dirceu, o centro dos ódios de todos os partidos da Câmara, fora mostrado como o culpado indelével e maior corrupto da história da casa, exemplo do "*bode expiatório*" que deveria ser imolado para acalmar os ânimos dos partidos da base aliada, da oposição e dos "*deuses*" furiosos da imprensa para que a virtude e os bons fluidos retornassem à casa.

E assim, fora todas as críticas que já foram feitas, caso sobre algum mérito a Dirceu, foi o de ter administrado uma situação aparentemente ingovernável

durante mais da metade do primeiro mandato, tendo levado João Paulo Cunha à Presidência da Câmara dos Deputados e contribuído enormemente para a aprovação de projetos de interesse do Executivo durante a primeira fase do mandato 2003-2006. Entretanto, mais que a derrota do principal articulador do governo, à passagem do “*jogo do impasse*” para “*dilema do prisioneiro*” dos aliados medianos à esquerda e à direita do PT, conjugado com a disputa interna deste partido somou-se a guerra declarada da oposição, cuja meta mostrava-se mais ampla – já apontada – na derrota em conjunto do próprio governo e na migração dos partidos da base para o seu centro de gravidade.

Assim, e uma vez aberta a chaga da coalizão governista, a guerra declarada pela imprensa e pelos partidos de oposição contra o governo Lula e o PT serviu de ensaio para que o PSDB desfilasse uma proposta tão ousada quanto absurda. Em outras palavras, o PSDB propôs – em outubro de 2005 – que o governo, não tendo em quem se apoiar (na sua própria coalizão), deveria entregar a “*governabilidade*” à oposição e, em troca, abrir mão da reeleição.

No auge da crise, tal figura do PSDB e de setores da imprensa pareceu muito próxima do personagem Gato de Cheshire⁷, de Lewis Carrol, em Alice no País das Maravilhas. Em outras palavras, o PSDB e PFL se transverteram não somente de juiz e carrasco, mas também de Rei, tendo a opção de – finalizado o julgamento – levar a frente à pena de morte ou a clemência de um moribundo.

Porém, excluída ao governo a possibilidade de afiançar sua sobrevivência nas

⁷ O Gato de Cheshire é um dos personagens de Alice no País das Maravilhas (obra de Lewis Carroll). O gato expressaria sua capacidade de julgamento no “Poema-Cauda”: “*disse o gato pro rato/ façamos um trato/ perante o tribunal/ eu te denunciarei/ que a justiça se faça/ vem, deixa de negaça/ é preciso afinal que cumpramos a lei/ disse o rato pro gato/ um julgamento tal/ sem juiz nem jurado/ seria um disparate/ o juiz e o jurado/ serei eu, disse o gato/ e tu rato, réu nato/ eu o condeno a meu prato*”. Em outra passagem, questionado por Alice, o Gato de Cheshire responde; “*Bem, então, veja só: um cachorro rosna quando está bravo, e balança o rabo quando está satisfeito. Agora, eu rosno quando estou satisfeito e balanço o rabo quando estou bravo. Portanto, sou louco*”. Entretanto, o Gato de Cheshire não é louco, mas perfeitamente racional.

mãos de PSDB e PFL – bem como a concomitante recuperação dos patamares de popularidade do governo no início de 2006 – uma segunda tentativa de levar o governo à derrota fora protelada para o cenário das eleições daquele ano. Embora a falta de coordenação do PSDB na escolha entre Alckmin e Serra fragilizasse o partido, este foi beneficiado por uma segunda onda de denúncias às vésperas da eleição, fator que levou a disputa da presidência ao segundo turno.

Entretanto, a despeito da crise de meados de 2005 ter sido a expressão mais acabada da pulverização da base do governo, a expansão imediata no segundo turno das alianças em prol de um segundo mandato do governo Lula mostrou que uma derrota de Lula ou mesmo uma vitória sua sem o apoio de seus frágeis aliados, mas com grande apelo e apoio popular levaria esses partidos a uma condição de incerteza ainda maior que a vivida no primeiro mandato, daí que estes optaram por um maior compromisso com o apoio a Lula no segundo mandato.

Em síntese, a *"agenda da corrupção"* capitaneada pelo PSDB/PFL fracassou. Tal agenda não levou a uma polarização social tanto no segundo semestre de 2005 quanto nas eleições 2006. Ao contrário da esquerda ou dos generais de 64, o que imperou na crise de 2005 foi *"o espírito de 1984"*, ou seja, o espírito da consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira. Não apenas as instituições demonstraram-se capazes de processar os conflitos, como também os partidos em buscar a arena institucional enquanto legítima para tal resolução. Estenderíamos o mesmo argumento ao comportamento da população e, talvez menos, a alguns setores da imprensa conservadora que, não sem razão, têm sido chamados de golpistas de primeira hora.

Findo o processo eleitoral e empossado para o segundo mandato, a composição do governo cristalizou estas duas tendências e representou uma virada decisiva

na base governista. A unificação do PMDB deslocou uma maioria tênue da coalizão de "varejo" do governo, formada por partidos medianos, para uma coalizão de "atacado" e desta para uma maior estabilidade institucional na relação do Executivo com a Câmara.

Em fevereiro de 2007, a vitória de Arlindo Chinaglia contra Aldo Rebelo na Câmara, e a confirmação de Renan Calheiros no Senado representou o deslocamento do pendulo dos partidos medianos aos grandes partidos no legislativo federal (e que, embora não debelasse completamente o conflito, como se viu nas denúncias contra Renan, ao menos foram diminuídos a patamares administráveis).

Assim, a divisão interna do PMDB que se arrastava a, pelo menos, duas décadas (desde o final do governo Sarney) se resolveu no primeiro mandato de Lula como resultado das interações desse partido com o governo e o PT. Tais interações - mais complexas que a mera distribuição de cargos e pastas - resultaram na unificação de um partido. E é por isto que tal unificação transcende o seu aspecto institucional ou conjuntural e aponta para a uma nova centralidade do PMDB na política nacional. Foi o que vimos no desempenho do PMDB nas eleições municipais deste ano, reforçado pelo privilégio dado ao PMDB na política de alianças tanto nas pequenas quanto nas grandes cidades.

A mais recente tentativa de inviabilizar o atual mandato da presidência ocorreu por ocasião da votação da CPMF. Sob os augúrios do peso da carga fiscal, as acusações de "governo perdulário" e das reticências deste em negociar - a postura da oposição é, antes de tudo, justificável em função do aprofundamento da tendência que já se vinha delineando no primeiro mandato. Resumindo, o máximo de prejuízo ao governo implicaria em algum *alfa* de vantagem a ser alcançado. Qualquer ganho que fosse e embora incerto, não importando a que custo, seria de grande valia para a entrincheirada oposição do PFL e PSDB.

Todavia, a derrota do governo em relação à CPMF não consistiu apenas nos votos da oposição direta ao governo, mas também de alguns senadores cujas condições de sobrevivência política no atual período democrático vêm sendo paulatinamente corroídas pela atual dinâmica nacional, seus efeitos no plano subnacional e nas preferências do eleitorado.

Aponta-se como hipótese que o eleitorado de alguns senadores e sua própria base de apoio teria sofrido forte retração como resultante tanto do desempenho institucional como da política social do governo federal, que resultaram em mudanças políticas nos estados. Se passarmos o olho na lista de senadores que votaram contra a CPMF, veremos que nela figuram muitos que outrora comandavam verdadeiras oligarquias em seus estados, cujas perspectivas de sobrevivência política se encontram hoje diminuídas. Descolados de governadores e prefeitos, mas principalmente de seus (ex)eleitores, votar contra a CPMF mostrou-se racional para esses atores políticos que, na impossibilidade de saírem do fundo do palco ao qual foram arrastados, já não se contentam que outros ocupem as primeiras posições, restando-lhes retaliar. Atacam a expansão de gastos em políticas públicas, feita num momento de expansão da economia, como “*gasto redundante*”, “*expropriação ilegal*” e “*perda de recursos públicos*”, e isto mesmo para uma área sensível como saúde pública.

O caso do PFL seria até mesmo mais dramático. A mudança de nome do partido (para “*Democratas*”) representou a face mais visível da crise de um partido que vem declinando desde o fim do regime militar, do qual era base de apoio, e que perdeu em 2002 e em 2006 governos de diversos estados, bem como a conseqüente diminuição do número de deputados federais. A afirmação de Lula de que o PSDB não deveria seguir o PFL na votação da CPMF pelo fato de que este partido “*não tem mais nada a perder*” tem o sentido preciso se considerarmos os fatores acima delineados. Os adiamentos na votação do orçamento de 2008 e a subseqüente ameaça de obstrução permanente do Legislativo como estratégia

de contenção das medidas provisórias do governo podem ser classificadas nesta categoria.

Sob o pano de fundo destas disputas, mais explícitas do ponto de vista dos meios de comunicação, confirmou-se, nos últimos anos, uma tendência à "*judicialização da política*". Esta tem sido parte da estratégia da oposição. E sendo mais refinado na compreensão do PFL/Democratas, tal partido tem sido o que mais recorre às vias judiciais para a resolução de divergências com o governo Lula, deslocando assim a disputa da arena política para a arena jurídica (ou expansão da arena política à jurídica, diríamos), tentando compensar no Supremo o fato de ser minoritário no Congresso. Ações neste sentido foram feitas com relação à votação da CPMF; o pacote tributário para a compensação das perdas da CPMF; ao PAC; na definição da fidelidade partidária; expansão da bolsa família aos jovens até 18 anos e agora ao programa municípios da cidadania.

No último caso, na disputa de opiniões em relação às obras do PAC dos Municípios/Programa Territórios da Cidadania (tidas como eleitoreiras pela oposição), Marco Aurélio Melo, presidente do Supremo Tribunal Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, abandonou o julgamento jurídico para emitir um "*julgamento político*", demonstrando que as posições da oposição apresentam eco naquelas casas.

O perigo da "*judicialização da política*" (embora se reconheça que toda decisão sobre política tem conseqüências políticas) está na tendência à "politização dos tribunais". Ora, se os ministros das cortes supremas atuarem como base em princípios políticos, acabarão tomando partido de uma parte (entendida aqui enquanto parte no processo judicial), sem base firme na aplicação e interpretação da Lei. Se isto vier a ocorrer, poder-se-á questionar a legitimidade de seus julgamentos. Quem deve fazer o julgamento político é o Poder Legislativo, e não o Poder Judiciário.

O Futuro do PT e a Dinâmica do Sistema Político Brasileiro

Dadas estas notas sobre a política nacional nestes últimos anos, alguns comentários são necessários em se tratando do PT em particular. Se o "*risco PT*" apresenta o sentido já propalado de degeneração em função da corrupção associada a sua elevação ao governo nacional, dois outros tipos de "*risco PT*" podem também ser lembrados. O segundo é o temor que se configure a partir do crescimento excessivo deste partido acima dos atuais 18%. O terceiro é a inflexão ideológica à direita decorrente dos aspectos anteriormente apontados.

No médio prazo, o crescimento do PT, tanto pode ocorrer via diminuição eleitoral dos partidos à direita quanto do enfraquecimento dos partidos medianos, ou mesmo de ambos. Estes dois cenários – seja em separado, seja em conjunto – implicarão em efeitos mais abrangentes em decorrência da diminuição do número de partidos efetivos.

Se o sistema político brasileiro manterá a configuração atual ou sofreria uma mudança profunda, trata-se de uma questão de difícil resposta. Mas parece que, mantido o curso da disputa nas atuais regras (somado à fidelidade partidária), há uma tendência à concentração do poder decisório em poucas legendas sem que se tenha feito a implantação de uma reforma política para tal.

Por sua vez, o deslocamento ideológico, embora não derive diretamente do crescimento do partido, pode ocorrer enquanto associado a este, bem como aos constrangimentos (ou necessidade) do partido em administrar coalizões mais amplas ao ocupar o espaço institucional estratégico da presidência da república e alguns ministérios. Assim, o terceiro sentido do "*risco PT*" aparece agregado aos dois primeiros. Relaciona-se ao fato, mais profundo, de que a estruturação do sistema partidário nacional – mais especificamente na possibilidade de ordenação dos partidos na dimensão esquerda-direita e, portanto, da própria racionalidade e

inteligibilidade das posições dos partidos – depende em muito das posições do Partido dos Trabalhadores.

Tal possibilidade de ordenação não é um aspecto tangencial, na verdade ela é extremamente importante, pois significa a redução – ainda que artificial – da grande complexidade programática dos partidos, frente a uma sociedade igualmente complexa e diversificada cultural, econômica e geograficamente – em um espaço unidimensional. A estruturação ideológica dos partidos brasileiros torna as opções programáticas inteligíveis, distinguíveis para um público mais amplo que o meio acadêmico em termos, embora simplistas, dos aspectos mais salientes relativos às políticas sociais e econômicas dos principais partidos.

Tal ordenação não foi um resultado natural da existência pura e simples dos partidos ou mesmo da consolidação democrática. Outras experiências democráticas (como a da Argentina) mostram que há possibilidade de consolidação democrática sem partidos programaticamente diferenciados. O ordenamento ideológico dos partidos no Brasil tem no PT um ponto essencial por que este partido, ao longo de quase três décadas, mostrou-se eleitoralmente viável, nacionalmente organizado e ideologicamente identificado à esquerda, empurrando as demais forças políticas para o centro e à direita no espectro ideológico. Por isto, dada sua centralidade no sistema partidário brasileiro, no exercício dos cargos públicos como na disputa pelo voto nas eleições, o PT é um ponto de referência que estrutura as demais forças nas suas respectivas posições. Em um cenário de enfraquecimento ideológico ou eleitoral do PT – enquanto consequência não esperada ou mesmo ação estratégica – avalio que o sistema partidário não necessariamente entra em crise ou colapso imediato, mas deixa um vácuo que certamente não será tão cedo ocupado por outras forças políticas.

Assim – seja pelo seu sucesso, mas também pelo seu fracasso, pelo crescimento ou diminuição, seus movimentos à esquerda ou mais ao centro – as

transformações do PT apresentam não apenas um impacto interno, mas repercutem sobre o sistema partidário e na democracia brasileira.

Conclusão

Sintetizando os pontos principais da análise realizada neste texto até aqui, o esforço de compreensão visa demonstrar que o núcleo da base de sustentação do governo colocou-se em uma relação complexa entre forças econômicas (capital e trabalho) e políticas (partidos políticos), sendo também transversal, portanto, à dimensão ideológica esquerda-direita. A centralidade do "Pacto Social" implicou, em consequência, o deslocamento da "Coalizão do Governo" para além da representatividade das forças políticas no Congresso, criando também novas soluções para problemas de coordenação advindos das mudanças de cenário político no qual os atores passaram a atuar.

A exposição buscou demonstrar, além disto, que o termo Pacto Social apresentou valor heurístico nesta análise. Foi o "*pacto social*" que pautou a formação do "*governo de coalizão*" no primeiro e no segundo mandato direcionando a governabilidade, no qual se inter-relacionaram a "*governabilidade parlamentar*" e "*governabilidade de projeto*". Afirmaria que a característica estruturante da disputa política no governo Lula até o momento tem sido a relação entre "*pacto social*" e "*governo de coalizão*" enquanto tentativa seguidamente fracassada da "*coalizão partidária*" em sobrepor-se ao "pacto capital-trabalho".

Mas o segundo mandato, ao contrário do primeiro, tem mostrado uma convergência entre ambos na medida em que, pelo fato do "*pacto social*" ter criado um novo cenário de interação, os atores adequaram suas novas estratégias a tal condição como pressuposto necessário ao seu sucesso particular no futuro. Se tal asserção é verdadeira, talvez estejamos às portas de uma nova relação entre forças políticas e forças econômicas como derivadas do processo de

crescimento econômico, talvez um cenário um pouco parecido com o que teria passado a Europa no pós II Guerra.

Refuta-se, portanto, a idéia de que governabilidade só é possível a partir de uma agregação simplista de forças políticas do legislativo para compor o executivo. Tal movimento não implica, necessariamente, em sucesso do governo. Embora a cessão de pastas ministeriais e espaço no Executivo sejam necessários, tal movimento não é a condição única para o sucesso do projeto do Executivo.

Entre os riscos de fracassar na governabilidade por falta de *"sustentação no legislativo"* ou por *"inconsistência de projeto"*, o governo preferiu correr o primeiro risco ao segundo, e usou seu projeto para, progressivamente, diminuir o conflito intra-coalizão governista como resultado de seu desempenho governamental nas arenas das políticas econômicas e sociais.

Desta forma, se as derrotas do governo e do PT em particular representaram derrotas *"de fato"*, também provocaram, em seguida, a unificação do PMDB, a disciplina dos partidos medianos à esquerda e à direita do PT e, mais recentemente, um isolamento cada vez maior da oposição. O governo passou, às vezes com isolamento e em outros momentos contando com uma base fluída, a ser, paulatinamente, um forte atrator e direcionador frente a seus aliados, sob a diretriz do próprio governo, e não por mera pressão dos partidos da base. E isto é o que tem aumentado a governabilidade do executivo.

Das considerações já apontadas, conclui-se que as dificuldades do governo decorreram até o presente momento, em grande parte, não de sua inabilidade ou de seus erros, mas também de seus sucessos, que, deve-se acrescentar, chegam a ser surpreendentes dadas as adversidades que enfrentou e tem vencido até o momento. Tais erros e sucessos – como se expôs – não foram acidentes, mas resultantes de ações racionalmente pensadas tendo em vista os resultados

estratégicos do sucesso da política social e econômica deste governo, e que ganhou corpo no decorrer do primeiro mandato e continua a ganhar corpo no mandato atual.

Por fim – discordando das inúmeras leituras que enxergaram apenas os efeitos negativos das ações políticas do governo e de seus dirigentes mais proeminentes no primeiro mandato ou no atual, ou que atribuíram certa irracionalidade à sua estratégia – apresenta-se aqui, ademais, que as ações do governo, do PT e de seus principais dirigentes representaram uma conjunção entre virtude e fortuna. E é neste encontro ímpar de fatores, e de atores, que se relembra, para finalizar, o brilhante trecho de Niccóló Machiavelli exposto na epígrafe. Ao que parece, associa-se perfeitamente a este momento histórico por que tem passado o Brasil.